



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação Científica dos Enfermeiros (ACE)
Enfermeira Filomena da Luz B. Gomes Leal
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.
(Hospital de S. José)
Direcção dos Serviços de Enfermagem
Rua José António Serrano
1150-199 Lisboa

N. Refª

SAI-OE/2016/10020

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Científica dos Enfermeiros, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação para o Desenvolvimento da
Enfermagem Norte Alentejano (ADENNA)
Enfermeiro Sérgio Simão Antunes de Carvalho
Avenida de Santo António
7330-853 Portalegre

N. Refª
SAI-OE/2016/10021

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação para o Desenvolvimento da Enfermagem Norte Alentejano, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação de Enfermeiros Especialistas em
Enfermagem Médico-Cirúrgica (AEEEMC)
Enfermeiro Ricardo Alexandre Rebelo de Almeida
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra –
Polo A
Avenida Bissaya Barreto
3000-075 Coimbra

N. Refª
SAI-OE/2016/10022

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação de Enfermagem Oncológica
Portuguesa (AEOP)
Enfermeira Elisabete Maria Sousa Valério
Estrada Interior Circunvalação, 6657
4200-177 Porto

N. Refª
SAI-OE/2016/10023

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação de Enfermagem Oncológica Portuguesa, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação dos Enfermeiros de Sala de Operações
Portugueses (AESOP)
Enfermeira Mercedes Gallego Bilbao de Carvalho
Avenida do Brasil, 1 - Piso 4, salas 1 e 2
1749-008 Lisboa

N. Ref^o
SAI-OE/2016/10024

V. Ref^o

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação dos Enfermeiros de Sala de Operações Portugueses, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *International Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação Nacional dos Enfermeiros do
Trabalho (ANET)
Enfermeiro Vítor Manuel Barros Brasileiro
Rua D. António Castro Meireles, 218 - 1.º Direito
4435-667 Baguim Monte

N. Refª
SAI-OE/2016/10025

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Nacional dos Enfermeiros do Trabalho, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação Nacional de História de Enfermagem
(ANHE)
Enfermeiro Óscar Manuel Ramos Ferreira
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
Polo Calouste Gulbenkian
Avenida Professor Egas Moniz
1600-190 Lisboa

N. Refª
SAI-OE/2016/10026

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Nacional de História de Enfermagem, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação Portuguesa de Enfermeiros (APE)
Enfermeiro João José Santos Fernandes
Estrada do Paço do Lumiar, 57-B
1600-543 Lisboa

N. Refª
SAI-OE/2016/10027

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa de Enfermeiros, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação Portuguesa de Enfermeiros de
Cuidados em Estomatoterapia (APECE)
Enfermeira Isabel Maria Ribeiro M. Araújo Santos
Instituto Português de Oncologia de Coimbra
Consulta de Estomatoterapia
Av. Bissaya Barreto n.º 98
3000-075 Coimbra

N. Refª
SAI-OE/2016/10028

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa de Enfermeiros de Cuidados em Estomatoterapia, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação Portuguesa de Enfermeiros de
Cuidados de Saúde Primários (APECSP)
Enfermeira Olga Maria Telo Pousa
Rua D. João I, 55 - Fala
3045-054 Coimbra

N. Refª
SAI-OE/2016/10029

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa de Enfermeiros de Cuidados de Saúde Primários, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação Portuguesa de Enfermeiros de Diálise
e Transplante (APEDT)
Enfermeiro Fernando Luis Freire Vilares
Trav. Elaine Sanceau, 27 - 3.º Esq.
4465-620 Leça do Balio

N. Refª
SAI-OE/2016/10030

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa de Enfermeiros de Diálise e Transplante, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *Internacional Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente da
Associação Portuguesa dos Enfermeiros Gestores
e Liderança (APEGEL)
Enfermeiro Nelson Emídio Henrique Guerra
Rua Conselheiro Lopo Vaz, Lote D – 3.º C
1800-142 Lisboa

N. Refº
SAI-OE/2016/10031

V. Refº

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Gestores e Liderança, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *International Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação Portuguesa dos Enfermeiros
Obstetras (APEO)
Enfermeira Dolores dos Anjos da Silva Sardo
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.
Secretariado Obstétrica, Piso 5
Av. Torrado da Silva
2805-267 Almada

N. Refª
SAI-OE/2016/10032

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *International Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exma. Senhora Presidente da
Associação Portuguesa dos Enfermeiros de
Reabilitação (APER)
Enfermeira Maria Isabel Barbosa Ribeiro
Rua Cassiano Branco, 74, 4.º Esq. Tras
4250-084 Porto

N. Refª
SAI-OE/2016/10033

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exma. Senhora Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa dos Enfermeiros de Reabilitação, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *International Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte da V. Associação, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente do
Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP)
Enfermeiro José Carlos Correia Martins
Avenida 24 de Julho, 132
1350-346 Lisboa

N. Refª
SAI-OE/2016/10034

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *International Council of Nurses* (ICN), vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte do V. Sindicato, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedrosa Cavaco



Gabinete do Bastonário

Exmo. Senhor Presidente do
Sindicato dos Enfermeiros da Madeira (SERAM)
Enfermeiro Juan de Carvalho de Ascensão
Rua de Santa Maria 88 - 90
9060-291 Funchal

N. Refª
SAI-OE/2016/10035

V. Refª

DATA	17-10-2016
ASSUNTO:	Desvinculação da Ordem dos Enfermeiros do Fórum Nacional de Organizações Profissionais de Enfermeiros - FNOPE Exercício do Direito de Renúncia

Exmo. Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Exa., na qualidade de Presidente do Sindicato dos Enfermeiros da Madeira, que a Ordem dos Enfermeiros, ao abrigo do disposto no n.º 3 das Disposição Finais do Protocolo de Adesão das Organizações Profissionais de Enfermeiros que instituiu o FNOPE, destinado à Representação Internacional dos Enfermeiros Portugueses no âmbito do *International Council of Nurses (ICN)*, vem por este meio exercer seu direito de renúncia relativamente a esse Fórum, desvinculando-se deste modo, em termos absolutos, desse organismo, e, em consequência, deixar de assumir a qualidade de membro efectivo do FNOPE.

As razões na base desta tomada de decisão são as seguintes:

1. A Ordem dos Enfermeiros é a associação pública profissional representativa de todos os Enfermeiros a exercer a profissão no território nacional e tem por desígnio específico a regulação da profissão de Enfermeiro em Portugal;
2. Nos termos da Lei, o âmbito de acção e intervenção da Ordem dos Enfermeiros abrange a prestação de cuidados gerais e especializados em Enfermagem, assim como, as áreas de gestão, de investigação, de docência, de formação e de assessoria.
3. Na actualidade, a Ordem dos Enfermeiros dispõe na sua orgânica de órgãos com competências específicas e direccionadas para questões com uma dimensão estritamente profissional como são os casos do Conselho de Enfermagem, cujo funcionamento é acompanhado pela Comissão de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e pela Comissão de Investigação e Desenvolvimento, assim como, os diversos e diferentes Colégios de Especialidade.
4. No mesmo sentido, na orgânica da Ordem dos Enfermeiros encontra-se integrada a Comissão de Atribuição de Títulos Profissionais que tem, para além da apreciação e análise dos títulos profissionais emitidos por Escolas Superiores de Enfermagem portuguesas, tem também como missão a apreciação



Gabinete do Bastonário

dos títulos profissionais estrangeiros com vista a garantir a correcta e idónea livre circulação de profissionais.

5. Acresce a este facto, que os órgãos estatutários da Ordem dos Enfermeiros são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.
6. Em função desta legitimidade e da representação que compete a esta Ordem relativamente a todos os Enfermeiros a exercer a profissão em Portugal, considera-se que caberá à Ordem dos Enfermeiros definir a posição que deverá assumir perante cada assunto relativo à Enfermagem portuguesa na dimensão internacional, assim como, determinar o momento e a oportunidade da sua intervenção; de frisar, porém, que tal facto não obsta a que se estabeleçam contactos, em relação a matérias concretas e específicas, com as organizações que tenham por objecto o tratamento das mesmas;
7. Importa ainda sublinhar que à luz do novo Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, aprovado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, as associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em actividades de natureza sindical (cfr. n.º 2 do artigo 5.º). Nesta conformidade, e a bem da transparência institucional que deve nortear as relações entre a Ordem e os Sindicatos, não se afigura adequado que, quer de um modo directo quer de um modo indirecto, a Ordem dos Enfermeiros possa expressar e veicular as posições que sejam assumidas por essas entidades sindicais. Em concordância, também a Ordem não assumirá quaisquer posições próprias relacionadas com matérias relacionadas com o foro laboral junto de quaisquer instâncias internacionais.

Estes são os motivos que presidiram à tomada de decisão do exercício de renúncia da Ordem dos Enfermeiros em relação ao FNOPE.

A presente manifestação de renúncia produzirá os seus efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção por parte do V. Sindicato, na qualidade de destinatário desta missiva.

O exacto teor desta comunicação será igualmente enviada a todas as demais Organizações Profissionais de Enfermeiros que sejam membros do FNOPE, assim como, ao ICN.

Os melhores cumprimentos,

A Bastonária

Ana Rita Pedroso Cavaco